



Os caminhos da Universidade

Educação Reitor e vice-reitora da UFRGS tratam das perspectivas para os próximos quatro anos

Com a chegada de um novo governo, novas incertezas e ameaças rondam as universidades brasileiras. Financiamento, autonomia universitária, tudo está em jogo. O reitor da UFRGS, Rui Vicente Oppermann, e a vice, Jane Tutikian, falam sobre as perspectivas para o futuro próximo do Ensino Superior.

Quais são as preocupações da Universidade?

Rui – A primeira preocupação que a gente tem é a garantia dos direitos constitucionais que a Universidade, como instituição pública e gratuita, tem diante da Constituição. Esse fundamento vem junto com o preceito de que a democracia é um sistema de governo que está estabelecido constitucionalmente, conforme enfatizado recentemente pelo presidente do STF. Então não há que se falar em qualquer mudança nesse sentido. O fato é que a democracia não é apenas o voto; o voto é apenas uma parte dela.

Jane – Seria devastador para a UFRGS o governo assumir uma posição de não reconhecimento da Autonomia Universitária conforme determina a Constituição de 1988, em que as universidades exercem seu papel crítico e propositivo perante a sociedade, sem limites impostos por governos, crenças religiosas, mercado ou interesses particulares. Seria devastador para a UFRGS como um todo qualquer patrulhamento ideológico.

Quais os desafios atuais da UFRGS? Se o próximo governo seguisse a mesma linha

do que está hoje no poder, quais seriam as dificuldades e quais as perspectivas?

Jane – Se mantidas as mesmas diretrizes estabelecidas pelo atual governo, as dificuldades serão enormes. Podemos começar pela Emenda Constitucional n.º 95, a chamada Lei do Teto. As despesas e os investimentos públicos ficam limitados aos mesmos valores gastos no ano anterior, corrigidos pela inflação, durante 20 anos. Isso impacta a educação, a saúde e a segurança, ou seja, aquilo pelo que o povo mais clama neste momento. Não tem como suportar isso! Em abril de 2018, saiu uma portaria que autorizava o uso da verba própria para o pagamento da folha de pessoal, e a universidade teve de arcar com o pagamento dos aposentados. Isso tudo significa falta de investimento em obras novas, falta de manutenção e construção de laboratórios, impossibilidade de aquisição de livros. Afora esse problema, a suspensão de novas vagas docentes e de técnicos vai de encontro à expansão da Universidade, inclusive com a abertura de novos cursos. O descaso com a ciência e a tecnologia, um outro fator, com a diminuição de recursos para a pesquisa, tem de ser enfrentado. Além disso, a pouca importância atribuída à área das humanidades é absolutamente preocupante.

E esses episódios que vimos recentemente, de Polícia Federal entrando nas universidades e algumas sanções, como podemos ler isso e que alertas isso nos põe?

Rui – Acho que esses desmandos

judiciais são ataques à autonomia das universidades e são, em princípio, inconstitucionais. Tanto é verdade que a ministra do STF Carmen Lúcia fez um parecer dizendo que as universidades tinham que ser respeitadas no seu fundamento como espaço político crítico. E que nem a Justiça nem a Polícia Federal poderiam coibir as manifestações de pensamento crítico que ocorreram nas universidades como um todo, inclusive na nossa. Houve uma ação de dois deputados contra a atividade política aqui dentro, e é isso que temo; que tais atitudes não tenham fim. Nós não podemos deixar este clima continuar. As universidades públicas não são da esquerda nem da direita. Elas são do povo. Portanto, no momento, essa autonomia é o que mais me preocupa. Por quê? Porque têm ocorrido manifestações de que as universidades são entidades que dependem de financiamento público e que elas não têm interação com a sociedade, para justificar propostas de mudança da própria natureza pública e gratuita da universidade. Porém, se mantido um nível de debate, nós temos a mais absoluta convicção de que não prosperará a ideia de mudar o financiamento público das universidades porque esse investimento traz retorno inestimável com a formação de profissionais que trabalharão para o bem-estar da sociedade. Não há como valorar isso. Além do mais, a universidade tem interações com pesquisa de ponta e tecnologia, tanto públicas quanto privadas, que são importantíssimas para o desenvolvimento do conhecimento e da inovação.

Vimos, na campanha do presidente eleito, fala sobre uma mudança de investimento do ensino superior para o ensino básico. Que papel tem cumprido a universidade até agora, pensando nessa ideia de bem intangível para a sociedade?

Rui – Entendo que o investimento no Ensino Básico é fundamental. Não há dúvida nenhuma de que uma grande transformação da nossa sociedade só vai ocorrer quando esse investimento resultar em mudanças profundas na educação da nossa população. Nós temos, na nossa história, períodos em que foi feito esse investimento. Aqui no estado devo lembrar o Brizola, que fez uma revolução no Ensino Básico com as “Brizoletas”. E ali houve toda uma geração, a minha geração, algumas depois de mim, que se educaram a partir desse princípio. Então, sim, a educação básica precisa desse financiamento e temos de festejá-lo, mas não se trata de retirar o dinheiro do financiamento do Ensino Superior para colocar no Ensino Básico, mas, sim, de aumentar o financiamento no sistema educacional. Educação, segurança, saúde são obrigações, e, nesse sentido, as universidades têm uma parcela fundamental porque formamos professores. Então, se quisermos bons educadores de matemática, física, geografia, sociologia, música, artes, esportes, muitos deles estão sendo qualificados nos cursos de licenciatura das universidades federais, particularmente no Rio Grande do Sul. Por isso, não há como dissociar a Educação Básica do Ensino Superior.

